

O MOVIMENTO DOS PROFESSORES NO DISCURSO JORNALÍSTICO: QUANDO O MOSTRAR OCULTA.

RESENDE, Elaine Souza¹, MORGADO, Maria Aparecida². UFMT

A história se faz entre o dizer e o não-dizer. Nesse entremeio, como afirma Eni Orlandi, no prefácio do livro de Bethania Mariani³, "estão as múltiplas escutas, as inúmeras versões possíveis, os diferentes gestos de interpretação". De 1991 a 1994, vigorava o governo de Jaime Campos em Mato Grosso. Neste período a categoria dos profissionais de educação esteve em constante conflito com as políticas adotadas pela equipe do governo, em relação à Educação. A imprensa do Estado — dividida entre aliados, simpatizantes e opositores ao governo vigente — se referiu, de modo geral, às paralisações e manifestações dos educadores com matérias, artigos de opinião, editoriais, em que há a repetição de denominações e conceitos, por vezes, de cunho negativo.

Parece que o movimento dos professores tem pouco espaço na mídia e que, por inúmeras vezes, recebe tratamento parcial quando apresentado como extremista, de esquerda e liderado por radicais.

Quais são as abordagens dadas pela imprensa às históricas reivindicações dos professores: em busca de melhores salários, em busca de políticas públicas que garantam repasses para a educação e em busca de propostas pedagógicas para o desenvolvimento do aluno dos níveis de ensino fundamental e médio?

Na investigação em tela, problematiza-se os conflitos entre os discursos dos educadores, intermediados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso — SINTEP, e os discursos da imprensa mato-grossense; o motivo pelo qual nem sempre o que se publica corresponde àquilo que se fala; e, ainda, como se dá a inserção desse movimento popular na imprensa local. Talvez essa dimensão da realidade mato-grossense possa ser generalizada à realidade vivida no país pelos grandes movimentos sociais organizados, com relação aos veículos de comunicação de massa. Uma outra preocupação da pesquisa é compreender por quê matérias sobre reivindicações “têm um tratamento discriminatório na grande imprensa. Muitas vezes, são abordadas como se fossem casos de polícia, e não questões sociais”⁴, como afirma o Manual de Assessoria de Imprensa.

¹ Mestranda em Educação, linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

² Professora Orientadora.

³ O PCB e a Imprensa, 1998. Revan.

⁴ Cf. Manual Nacional de Assessoria de Imprensa, 1994/FENAJ

Gonçalves (1992)⁵ argumenta que a década de 80 é marco no que se refere à organização do segmento. De 1979 a 1980 aconteceria a primeira greve no Estado. O autor identifica, no período de 1979 a 1989, três fases distintas marcadas por mobilizações e por divergências entre lideranças da categoria. A pesquisa em foco, calcada na imprensa e nas reivindicações da Educação, também detectou três períodos importantíssimos na discussão sobre o tema no Estado. Primeiramente, no final da década de 80, passou a vigorar a eleição para diretores de escolas, a implantação de Conselhos Deliberativos, a hora-atividade e a gestão democrática. Em seguida, no governo de Jaime Campos — 1991 a 1994 —, foi imposta a extinção da maior parte dessas conquistas, como, por exemplo, a gestão democrática e as eleições para diretores. Por fim, no período atual, verifica-se a desmobilização da categoria, impulsionada pelos atrasos salariais e pelas políticas de globalização.

Há uma convergência de idéias e impressões relacionadas às imagens socialmente construídas sobre movimentos de luta, como é o caso do movimento sindical. Parece haver na intersubjetividade coletiva um equívoco, a partir do qual o sindicalismo é vinculado à anarquia. Muitas vezes, os próprios trabalhadores não vêem o movimento sindical de modo positivo. Segundo Dimitrov (1996)⁶, essa visão negativa teria sido influenciada pela origem anarquista do sindicalismo brasileiro, o que traria prejuízos até os dias de hoje para a imagem que a sociedade brasileira faz dos sindicatos.

O objetivo desse trabalho é identificar, através das denominações mais comuns no discurso jornalístico — entenda-se discurso como o encontro entre língua e ideologia —, as "estratégias" usuais da mídia impressa ao se referir à educação. Como também esclarecer até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado um elemento atuante na construção da imagem do educador, que luta por seus direitos, como inimigo. Não é nossa intenção, averiguar quando surgiu a negatividade associada às reivindicações da educação na imprensa, assunto que remonta a períodos anteriores ao investigado, e que, possivelmente, renderia outras investigações.

Conforme Bordenave⁷, “é próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E, através da modificação de

⁵ Gonçalves, 1992, p. 12.

⁶ Cf. <http://www.geocities..CapitolHill/> dimitrov@nw.com.br (pesquisa na Internet/ janeiro de 1999).

⁷ Bordenave, 1994, p.92.

significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos. Daí o imenso poder da comunicação. Daí o uso que o poder faz da comunicação”.

A frase rápida e o tempo curto com que se defronta a imprensa, lhe valeu o desprezo dos iluministas — "literatura apequenada e desprezível" (Mirabeau) — e "a praga e o asco dos que trabalham"(Diderot). Com suas origens esquecidas, a imagem do jornalista superficial expandiu-se, encontrando ressonância nos meios acadêmicos. É a esse tratamento que aqui se problematiza. É desse tratamento que os jornalistas deveriam se distanciar.

A investigação em foco tem como eixo central mostrar a diferença entre as perspectivas argumentativas dos educadores e as perspectivas argumentativas da imprensa escrita, quando se referem ao trabalho do movimento e ao seu papel de agente educador e transformador. Para tanto, durante seis meses, o estudo foi conduzido nos arquivos dos jornais diários *O Estado de Mato Grosso*, *Diário de Cuiabá* e, *A Gazeta*, nos quais foram realizados levantamentos sobre o tratamento dado pela imprensa de Mato Grosso aos movimentos reivindicatórios pela Educação Pública no Estado, entre os anos de 1991 a 1994.

Foram 3.166 edições pesquisadas, nas quais haviam 900 matérias publicadas sobre a Educação e seus desdobramentos, ou seja, quase uma matéria sobre o assunto a cada três edições e meia de jornal. Primeiro, então, foi realizado levantamento do corpus complexo sobre Educação na mídia, seguido do trabalho de recorte de fragmentos textuais sobre os quais incidem a análise. Nos detivemos em manchetes e *leads*, — expressão usual aos jornalistas e que se refere à cabeça da matéria, na qual se responde às seis questões básicas para o esclarecimento de um evento gerador de notícia: o quê, quando, onde, por quê, como, quem.

No trabalho de investigação, estiveram lado a lado a análise do discurso, as teorias dos (novos) movimentos sociais e da comunicação, todas compondo a base teórica que possibilitou o estudo do material coletado.

Cerca de 60% das mais de três mil edições levantadas sobre educação e seus movimentos de reivindicação em Mato Grosso, associam as lutas à denominações semanticamente negativas, como ações que beiram a "*baderna*", "*circo*", "*sem-efeito*",

"*inconseqüente*", "*atrapalham o trânsito*", "*contra os alunos*", "*radical*", entre outras adjetivações. As designações, de modo geral, expressam também o que não se diz, pois mesmo o não-dito carrega entendimentos implicados.

Desse modo, propõe-se o caminho inverso àquele sugerido por Plínio Barreto, em 1928, o de que "um bom jornal constitui para o público uma verdadeira benção. Dispensa-o do trabalho de formar opinião e formular idéias. Dá-lhas já feitas e polidas todas as tardes, sem disfarces e sem enfeites, lisas, claras e puras".

Tendo em vista que a imprensa tem um papel social, onde educa e contribui na compreensão de símbolos e significados ocorrentes no cotidiano da sociedade, o paradoxo se faz sentir quando o assunto em pauta é a luta pela educação pública. Dessa forma, e em proporção cada vez mais crescente, o poder público e o controle governamental sobre o social têm suas obrigações minimizadas, enquanto que a responsabilidade dos educadores é colocada como fator dominante no sucesso escolar e profissional da população que a ela tem acesso. Há envolvimento do Estado face aos gestos de interpretação da imprensa? Mariani (1998) afirma que sim, uma vez que a questão da informação é questão de Estado.

Nosso ponto básico foi delinear qual ou quais formações discursivas, que irrompem no discurso da imprensa sobre os movimentos na educação, durante os anos de 1991 a 1994, retornam fazendo ressoar discursivamente os 'mesmos' sentidos.

Faz-se urgente repensar a relação entre as representações da categoria e os veículos de comunicação, particularmente no que se refere ao tipo de visibilidade conferida à Educação pela imprensa escrita, de modo a preparar os profissionais dessas duas áreas para a aceitação de novas teorias e de novas práticas voltadas à educação da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDENAVE, Juan Diaz (1994). *O que é Comunicação*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CHAPARRO, Manuel (1994). *Pragmática do Jornalismo*. São Paulo: Summus Editorial.
- GONÇALVES, Joaquim (1992). *De professor à ator social — os andaimes de uma construção*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado).
- CAPELATO, Maria Helena (1984). *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto/Edusp.
- DIMITROV, Eduardo (1996). *Sindicalismo*. dimitrov@nw.com.br (pesquisa na Internet; janeiro de 1999).
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (1994). *Manual Nacional de Assessoria de Imprensa*. Rio de Janeiro: Edição da CONJAI — Comissão Nacional dos Jornalistas em Assessoria de Imprensa da FENAJ.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa — Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo. Unicamp, 1998.

Periódicos

- Jornal *A Gazeta* (Cuiabá-MT). 1991 a 1994.
- Jornal *Diário de Cuiabá* (Cuiabá-MT). 1991 a 1994.
- Jornal *O Estado de Mato Grosso* (Cuiabá-MT). 1991 a 1994.